

RODRIGUES DE FREITAS VISTO PELOS SEUS CONTEMPORÂNEOS

PAULO SAMUEL

*“Repúblicas ou monarquias, mal dos Estados em que,
por causa da riqueza económica, os cidadãos
menosprezem a virtude.”*

RODRIGUES DE FREITAS ¹

Esta afirmação, gravou-a Rodrigues de Freitas por escrito, com data de 6 de Janeiro de 1893, num artigo destinado à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que, efectivamente, o publicava alguns dias depois. Entretanto, o mesmo texto também correria impresso em Portugal, compilado entre muitos outros pela viúva do ilustre portuense no volume póstumo *Páginas Avulsas*, obra de quinhentas páginas que inclui uma apresentação de Duarte Leite e um preâmbulo assinado por D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, editada em 1906 pela Livraria Chardron de Lello & Irmão.

Nessa obra, hoje esgotada e ainda tão procurada, encontra-se transcrita uma parte substancial do exercício pensante e publicista de Rodrigues de Freitas em ordem aos problemas económicos e financeiros da sua época, onde trata quer as questões relacionadas com a emigração portuguesa, a problemática cambial, a missão da mulher e os institutos de ensino secundário, a carta Constitucional e as crises comerciais, quer assuntos de natureza tão diversa como as teorias anarquistas, a questão do latim, a importância do taumaturgo Santo António de Lisboa, sem menosprezo por uma descrição geoeconómica e sociológica das terras de Trás-os-Montes. É evidente que o critério eclético da selecção dos artigos aí expostos pode estranhar às exigências específicas e monográficas que hoje tratam das ciências económicas. Aliás, distinto critério presidiu à organização das *Novas Páginas Avulsas*, extraordinário levantamento de pesquisa transposto agora a livro pelo Prof. Doutor Jorge Alves e apresentado a público no decorrer deste Colóquio ².

No entanto, é evidente a importância desses primeiros dispersos, pois eles proporcionam-nos, a par do universo estrito dos interesses económico-financeiros em que o pensamento e a acção de Rodrigues de Freitas se evidenciou, de meados ao final do século XIX, a estrutura intelectual, o perfil humano e moral de um cidadão que nunca subordinou a elevação cívica e ética do homem à supremacia das circunstâncias sociais e mercantis.

Da importância de Rodrigues de Freitas para a história do pensamento económico do Portugal fim-de-século, ou até da sua acção prática como lente da Academia Policténica, parlamentar e deputado republicano,

dirigente da Associação Comercial e divulgador das grandes teorias economicistas que emergiam numa Europa varrida por um clima positivista e apetente de transformações sociais, vários especialistas se têm pronunciado, apontando-o inclusivamente como precursor de uma “ciência com consciência”, qual seja a da economia política, que fundamenta os alicerces da sua intervenção pública.

Pela nossa parte — numa posição assaz diversa dessa vertente analítico-interpretativa de feição político-económica — preferimos traçar aqui, na expressão redutora do esboço escrito, um retrato de Rodrigues de Freitas à luz das descrições e dos comentários biográficos que fizeram os seus contemporâneos. Em traço largo, colocando o cromatismo da nossa pincelada e das subsequentes tonalidades feitas de citações no núcleo que, para nós, é aquele por onde passa igualmente a modernidade e o valor de exemplo de Rodrigues de Freitas, quer dizer, a sua opção na proeminência do valor do Homem sobre as estruturas sociais, a exaltação do carácter e da consciência moral em desfavor dos interesses políticos e dos jogos políticos, enfim, a militância num pensamento e numa acção que procurava mais o bem comum do que as benesses individuais.

Resolvemos, pois, seguir de perto a estrutura do texto que arquivámos nas páginas da revista *O Tripeiro*, no número que, em particular e por entre outros actos públicos, se pretendeu assinalasse a efeméride do centenário da morte de Rodrigues de Freitas.

Se perguntarmos, fora deste espaço coloquial e sobretudo entre as gerações mais novas, quem foi José Joaquim Rodrigues de Freitas, decerto colheremos o silêncio incómodo que caracteriza a situação de total desconhecimento. Na verdade, esta relevante figura portuense — tal como outras do nosso passado recente — está praticamente esquecida, à excepção daqueles que têm por vocação ou ocupação académico-profissional investigar e estudar o panorama histórico-social e literário do século XIX, reflectindo sobre as transformações sociais e a corrente das ideias económicas e filosóficas que concorrem a mudar a face do Mundo.

Porém, nada justifica esse alheamento generalizado, mormente naqueles que cruzam os espaços que Rodrigues de Freitas frequentou, pois a sua biografia há muito que está ampla e documentalmente delineada, quer em artigos de fundo saídos nos jornais da época (em particular à data do seu falecimento), quer em memórias e evocações, como as que tiveram lugar no Ateneu Comercial do Porto, na homenagem póstuma que lhe foi prestada em 1897³.

Principiemos esta incursão pelos tópicos da sua personalidade com algumas notas extraídas do artigo de fundo que no jornal *O Comércio do Porto* — publicação a que Rodrigues de Freitas prestou assinalável e regular colaboração — se estampou à data da sua morte. O texto não está assinado

mas, pela incidência valorativa e pelos detalhes biográficos que são aduzidos, revela-se um dos mais seguros depoimentos sobre a sua vida pública e privada. Na acção exterior, Rodrigues de Freitas é visto, principalmente, sob dois prismas: o publicista, que assiduamente colaborava na imprensa escrita de Portugal e do Brasil e o político, investido de funções parlamentares, que bastante enobrecera a Cidade do Porto — da qual foi o primeiro deputado republicano — com os seus discursos e propostas na Câmara parlamentar. Prestemos alguma atenção às palavras que são dedicadas a Rodrigues de Freitas nesse periódico, então dinamizado pelo saber e pela mestria de Bento Carqueja. Escreve o articulista, na primeira página do prestigiado diário portuense, de 28 de Julho de 1896:

“Consideremo-lo, primeiro, como jornalista. Em diferentes folhas periódicas de Portugal e do Brasil exerceu ele as suas raras e fecundantes aptidões de jornalista exímio; mas foi no “Comércio do Porto”, onde assiduamente colaborou por espaço de 35 anos, que conquistou as suas esporas de diamantes. Aqui tratou todas as complexas questões político-sociais numa infinidade de artigos, que são a sua mais preciosa bagagem literária, e que, devidamente coleccionados, produziram muitos volumes de matéria proveitosa para a solução ou aperfeiçoamento de problemas económicos, financeiros, administrativos, etc. E em todos esses artigos, quer os doutrinários, quer aqueles em que livremente exercia a sua função de crítica a medidas dimanadas das esferas governativas, que elevação de frase, que finura de critério, que superioridade de espírito! Neles se evidencia uma justeza de observação, que era um dos seus maiores títulos de glória, e se patenteia o seu esforço desinteressado pelo movimento comercial e económico da praça do Porto, a sua terra natal, que ele amava com o seu coração de crente fervoroso e com o seu espírito de patriota emérito.

Como parlamentar e como orador, conhece-se bem o que foi o morto ilustre. [...] Orador eloquente, de palavra fácil e persuasiva, um discurso seu era um verdadeiro acontecimento no país, tal o prestígio que conquistara, pela beleza e harmonia da linguagem, pelo vigor das ideias e valor dos conceitos e ainda pela isenção, honestidade e independência que revestia o seu nobre carácter.[...]”⁴.

De facto, é esta faceta caracteriológica de Rodrigues de Freitas a mais destacada pelos seus contemporâneos, tal qual reafirmará José Pereira de Sampaio (Bruno) a certo passo das suas memórias sobre *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Animado pelos nobres ideais que faziam dele um inaudito “republicano romântico” (na justa expressão de Bruno), Rodrigues de Freitas destacara-se desde o célebre comício no Teatro do Príncipe Real, aquando da sua candidatura a deputado, sessão presidida por Eduardo Falcão e secretariada por Alves da Veiga e Lopes da Silva a que afluía uma imensa multidão. Relata Sampaio (Bruno) que, “comovido mas seguro de si,

Rodrigues de Freitas pronunciou um largo discurso, que foi aplaudido com o mais veemente entusiasmo. Desde logo se sentiu que o seu triunfo na urna era certo e inevitável; assim foi”⁵. Principiava af uma carreira que, a bem dizer, só a doença e a morte viriam interromper.

Também o Barão de S. Clemente, na sua copiosa e tão útil obra publicada em três volumes, *Estatísticas e Biografias Parlamentares Portuguesas*, vertidas em primeira mão nas páginas do citado diário portuense, alude a esses dotes tribúncios, dando conta, em testemunho pessoal, da elevação a que Rodrigues de Freitas conduzia as suas posições e conduta no Parlamento. Segundo este autorizado documentalista da nossa vida política e parlamentar da época, que hauriu esse manancial no contacto directo das sessões, “Rodrigues de Freitas discutia com grande tranquilidade de ânimo e ocupava-se estritamente do assunto para que pedia e obtinha a palavra. Não levantou uma única questão pessoal, porque, para ele, primeiro que tudo e sobretudo, estavam as questões gerais de interesse público. Jamais a paixão partidária o guiou na manifestação do seu pensamento e do seu voto; fazia-o com a mais completa isenção e desprendimento. [...] Professava princípios políticos um pouco avançados, que defendia com desassombro, coragem e dignidade. A análise das medidas submetidas a apreciação e resolução das cortes, era feita com rigor, mas, ao mesmo tempo, com a maior e mais completa imparcialidade. Os seus discursos, apesar de, por vezes, serem um tanto cerimoniosos, mas sempre respeitosos, eram escutados com atenção e ouvidos com cuidado e aos quais não era fácil dar satisfação e completa resposta”⁶.

A estima e a consideração dispensadas a Rodrigues de Freitas pelo país e, em especial, pelo velho burgo, ficaram, a diversos títulos, bem evidenciadas, desde o familiar e carinhoso diminutivo do tratamento com que o povo o distinguia nas ruas e nos locais por ele frequentados — *o Freitinhos* —, até à grandiosa manifestação pública dispensada por ocasião do seu passamento. A este propósito, vale a pena lembrar o “noticiário” de *O Comércio do Porto*, de 29 de Julho de 1896, que assim se refere à infausta ocorrência:

“Bem eloquente testemunho deu ontem a cidade do Porto do alto apreço em que tinha os nobres predicados de Rodrigues de Freitas. A memória honrada daquele insigne cidadão recebeu a mais solene das consagrações que podia ser feita a tão alto espírito e a tão nobre carácter. Adorado por quantos o conheciam de perto e respeitadíssimo por todos os que o liam e por aqueles a quem chegava a fama do seu brilhante talento e da simplicidade adorável da sua vida íntima, não podiam essas homenagens deixar de ser, como foram, extraordinariamente concorridas e vivamente significativas do sentimento profundo que a toda a gente assaltou, pela morte de Rodrigues de Freitas. De há muito que o Porto o considerava como um dos seus

filhos mais distintos e dilectos, de há muito que o tinha como o protótipo da honradez, da lealdade, da isenção e do patriotismo.[...]”

No seguimento da descrição desse acto civil e não religioso — pois embora dotado de “alma nobremente religiosa, mas destacada de todas as manifestações exteriores dos cultos positivos”, Rodrigues de Freitas testamentara a ausência de ofícios católicos —, afirma o repórter: “...era enorme a multidão que se aglomerava compactamente nas ruas do Sol e do Duque de Loulé, motivo porque foi impossível organizar-se o fúnebre préstito. Durante o trajecto que seguiu por aquelas ruas e pela de S. Lázaro até ao cemitério do Prado do Repouso [...] era na verdade imponente o aspecto daquela multidão, toda descoberta, acompanhando o féretro. Em todas as janelas havia muita gente, como acontecia nas ruas mencionadas e muito especialmente nas grades do jardim de S. Lázaro e junto e dentro do cemitério do Prado do Repouso, onde ela se acumulava sufocantemente e por entre a qual era, por vezes, muito dificultoso abrir caminho.”

Importa assinalar que toda essa multidão não era indistinta, pois numerosas foram as personalidades que se deslocaram ou se fizeram representar nas exéquias de Rodrigues de Freitas. Os diversos jornais desse dia e seguintes citam unanimemente os nomes de vários parlamentares, embaixadores, conhecidas figuras monárquicas do norte do país, lentes universitários, jornalistas, homens do comércio, escritores e artistas presentes no singelo acompanhamento dos restos mortais. Guerra Junqueiro, o exaltado Poeta da *Pátria*, defendida em versos num volume lançado nesse mesmo ano à opinião pública enquanto pronunciado eco do nunca esquecido 31 de Janeiro de 1891, retido no leito por uma doença que o acometera dias antes, fez questão de se representar no féretro por José Pereira de Sampaio (Bruno). Bruno, o íntegro idealista da Revolta do Porto, que redigirá um notável panegírico de Rodrigues de Freitas para a primeira página de *A Voz Pública*, publicado ainda o corpo do ilustre morto se encontrava insepulto. Na exacta descrição jornalística, incorporaram-se também “todas as classes sociais, desde as mais elevadas às mais modestas e humildes”.

O comércio portuense esteve fechado, em grande parte, durante cerca de meia hora, na tarde em que se realizou o funeral. Além do encerramento das portas (Associação e Centro Comercial do Porto, repartições centrais da Santa Casa da Misericórdia, Ateneu Comercial) e colocação da bandeira a meia-haste, da apresentação pessoal de pêsames à família enlutada e acompanhamento do funeral por parte de administradores e directores, várias foram as colectividades que quiseram expressar, por escrito, o seu tributo a Rodrigues de Freitas. E se umas optaram pelos cartões, telegramas e actas de assembleias gerais e de direcção, preito lançado mesmo ao papel numa lição final de curso (o que aconteceu na Academia Politécnica, por

exemplo), outras recorreram à imprensa diária para manifestar o seu sentido pesar. Assim aconteceu com o Centro Comercial do Porto que, através da direcção, remeteu aos redactores de um jornal local a seguinte mensagem: “[...] Em meio da derrocada geral que convulsiona, desassombrada e fremente, todo o organismo da sociedade portuguesa, Rodrigues de Freitas representava toda uma constelação brilhante de primores cívicos, e valia, justamente, como a personificação puríssima da virtude intemerata, da austeridade inquebrantável, da honradez, inconcussa; e impunha-se como um protesto vibrante, eloquente e solene contra a ociosidade que avilta, contra a subserviência que degrada, contra a corrupção que atrofia, subverte e mata. Assim convencida, a direcção desta colectividade, pressurosamente vem significar a vv. a sua mágoa por tão sensível como irreparável perda para esta inditosa pátria portuguesa.”

Datada de 27 de Julho de 1896, a mensagem é assinada por António Ramos Pinto, vice-presidente e por António José de Macedo, 1.º Secretário.

Retomando os bosquejos jornalísticos, mencionemos agora, pela sua importância, a rasgada cobertura dada por *A Voz Pública*, onde José Caldas e Bruno primoram, cada um a seu modo, um vivo retrato do extinto amigo. O primeiro, num contundente brado em prol do respeito que devia haver face à dignidade política e à verticalidade cívica entrelaçadas no quotidiano do homem que se chamara Rodrigues de Freitas, logo atacando a hipocrisia que levaria muitos opositores do ilustre parlamentar a associarem-se ostensivamente às exéquias. No Parlamento, assevera, decerto terão votado contra as propostas e criticado os discursos pronunciados na Câmara dos Deputados pelo Autor dos *Princípios de Economia Política*. Todavia, nessa hora, era vê-los curvarem-se e tecerem elogios como se tivessem sido os seus mais próximos apoiantes. Não obstante o verbo inflamado de Caldas, nunca compassivo e assaz repetido no zurzir de determinadas classes sociais desse final de século, o autor da *Corja Negra* consegue discernir, com serenidade, uma imagem fiel do ilustre portuense. Reparemos no seu depoimento: “[...] Dotado de uma sólida cultura, haurida, principalmente, na fonte puríssima das ciências matemáticas, Rodrigues de Freitas fixa-se no campo da doutrinação social, evangelizando o seu partido como economista. Lentamente, serenamente, muito mais como catedrático que como panfletário, explica os fenómenos mais complexos da vida dos povos que trabalham, e põe no desvendamento da causa da miséria moral dos que governam a razão da sua evocação à consciência colectiva. Liberal em crenças, em aspirações, em política, toma lugar, como era de prever, entre os livre-cambistas, no fogo daquela quimera radiante, que iluminou, há mais de meio século, todos os prosélitos da escola de Gournay. Trabalhador sistemático, republicano convicto, o Porto — o Porto de outros dias! — aclamou-o na unanimidade comovente de uma apoteose. Era o homem desta terra, o

seu filho, a sua esperança, a sua glória! Nascido do povo, era esse mesmo povo que o levantava na expressão comovedora de um arranque íntimo, da consciência!”⁷.

Bruno, num extenso artigo intitulado “Sua vida e sua obra”, faz o retrato da figura de Rodrigues de Freitas, descrevendo-o numa prosa límpida e documentada, a qual virá a inserir, modificada e com acréscimos, na sua obra *Os Modernos Publicistas Portugueses*.

Para o infatigável narrador biográfico dos *Portuenses Ilustres*, pensador heterodoxo e republicano convicto, “Rodrigues de Freitas representava uma das grandes forças da nacionalidade portuguesa; a sua significação moral importava um elemento de cultura e progresso que não escapou à eminente perspicácia da intuição popular. Para o povo constituía, com efeito, Rodrigues de Freitas um símbolo; naquele franzino corpo ele sentia que palpitava a alma da pátria”. Noutro parágrafo do seu artigo, firmando-se nos princípios da doutrina republicana — sabendo, contudo, que Rodrigues de Freitas não fora um dos simpatizantes da expressão castrense do 31 de Janeiro — Bruno não hesita em afirmar que, ao tempo dos discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados, entre 1870 e 1871, “foi só dos seus puros lábios que, fiel à sua disciplina mental de liberdade, se ergueu o protesto contra a prepotência do Ministério do Reino, perseguindo no Porto os grevistas da Fraternidade Operária. Só ele reivindicou os direitos das classes salarizadas à coalizão, na defesa dos seus interesses, ameaçados ou prejudicados. O povo nunca esqueceu este desinteressado e espontâneo serviço do generoso e impoluto democrata”⁸.

Após a morte de Rodrigues de Freitas, alguns escritores e individualidades de relevo continuaram a acentuar a irreparável perda de tão emérito vulto. Teófilo Braga, na sua habitual colaboração para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, prestada sob a forma de “cartas” que remetia de Lisboa, esboçou também ele um perfil de Rodrigues de Freitas num artigo que seria posteriormente transcrito no opúsculo *Antero de Quental - In Memoriam — Rodrigues de Freitas - Commemoração biographica*, impresso na Typographia da Companhia Nacional Editora em finais de 1896. As páginas 13 a 21 são dedicadas a esse homem, “sempre correcto, sempre puro, sempre querido”, que se cruzou com o incansável divulgador de milhares de páginas da nossa História da Literatura. Escreve Teófilo Braga: “Na Academia Politécnica do Porto, Rodrigues de Freitas soube sempre manter a dignidade da ciência; para a sua cadeira escreveu um precioso *Compêndio de Economia Política*, em que já considera os fenómenos económicos como resultantes do organismo social que importa conhecer. Nada menos do que o reconhecimento da dependência da Economia Política como um capítulo restrito da Sociologia.” Citação onde se percebe quanto o arauto e acérrimo defensor do *Positivismo* buscava alistar

Rodrigues de Freitas na nova corrente doutrinária, que gozou de largos privilégios de audiência no Portugal da época, incluindo-o até na sua *História das Ideias Republicanas em Portugal*, compêndio do *estado positivo* da Nação.

Por seu turno, o Ateneu Comercial do Porto, um ano depois do falecimento de Rodrigues de Freitas, organizou uma homenagem pública, revestida de solenidade, na qual discursaram Luís de Magalhães e Duarte Leite. O desenrolar dessa sessão, realizada a 19 de Dezembro de 1897, chega-nos através de uma peça bibliográfica já aqui citada, em cujas páginas iniciais se podem ler as palavras justificativas desse gesto de reconhecimento ao sócio honorário, ora traduzido numa homenagem pública “pelos seus grandes serviços, sempre pronta e generosamente prestados à associação, que ele viu nascer, medrar e subir à posição honrosa em que se encontra”. Aí se testemunha que “só um temperamento de eleição e um carácter excepcionalmente puro, servido por um intelecto claro e seguramente equilibrado, poderia fazer o milagre: viver e morrer sem ter um inimigo pessoal, daí o espectáculo único que se desenrolou à saída do seu modesto esquife, quando todas as bandeiras dos partidos portugueses se inclinaram perante o cidadão íntegro e amado, que volvia ao torrão natal, após uma missão exemplarmente cumprida.” Segue-se a acta da sessão, presidida por Bento Carqueja, o dinâmico jornalista, proprietário e impulsionador de *O Comércio do Porto* que, tomando a palavra, começou por notar que, “em Portugal, a influência de um economista, do saber e da grandeza moral de Rodrigues de Freitas, representava uma poderosa alavanca para a nossa reabilitação económica.” Ele estudara, “com os recursos do seu saber e com o alcance do seu grande talento, as questões mais vitais para o nosso país, cujo organismo económico-moral chegara a conhecer tão profundamente como ninguém”. Noutra perspectiva — e decerto a talho da sensibilidade pessoal de um companheiro de lides jornalísticas — Bento Carqueja vem afirmar que “na imprensa, a sua grande individualidade há-de permanecer imorredoura, porque tão cedo aparecerá quem estude tão profundamente as mais sérias e complexas questões de interesse nacional, tão cedo aparecerá quem saiba guiar, segura, constante e imperturbavelmente a sua pena pelos ditames de uma consciência impoluta e de uma acrisolada dedicação pela Pátria. A sua figura de jornalista paira em nível inatingível às ruínas paixões, aos baixos interesses e às mesquinhas influências, tendo por timbre uma independência sem mácula e por objectivo os mais nobres e rasgados ideais”⁹.

No discurso de Luís de Magalhães, por entre considerações filosóficas que expõe sobre a situação política e social do país, é uma vez mais enaltecido o estatuto moral e cívico de Rodrigues de Freitas. Para o conhecido político de apetência monárquica, que ali se pronunciava sobre o home-

nageado, não havia dúvidas de que os que intimamente tinham privado com Freitas, aqueles que com ele mais de uma vez tinham discutido os problemas da política nacional, podiam “testemunhar que esse republicano não era um espírito estreito de faccioso e que a sua grandeza de alma e a sua largueza de vistas sabiam fazer justiça aos talentos, ao carácter e às ideias dos seus próprios adversários”. Ele não fora, acrescentava instantes depois, “um propagandista fanático, um orador fogoso, arrebatado pela sua fé. Era um homem do dever, calmo, tenaz, firme, guiado invariavelmente pela sua convicção. A sua palavra, de uma fluência encantadora e de uma correcção impecável [...] envolvia sempre uma argumentação miúda e escrupulosamente deduzida, em que se percebia o espírito raciocinante e lógico do professor. [...] Não pregava: doutrinava. Não se dirigia ao coração das massas. Dirigia-se à sua inteligência e à sua consciência”¹⁰.

Duarte Leite, na sua intervenção, privilegiou o talento do saudoso professor de economia e comércio, de direito comercial e administrativo, as suas preocupações de índole educativa, a par dos seus contributos para a resolução das questões financeiros do país, facetas visíveis do percurso vivencial de Rodrigues de Freitas. Por isso, afirmava, o nome dele ficaria ligado “às tentativas de remodelação da instrução pública no país, não só no que respeita ao ensino superior, que mais de perto lhe tocava, mas também nos graves problemas da instrução primária, secundária e profissional, e da educação infantil.” Referência incontornável da sua geração, exercera “o seu mister docente durante 29 anos, desde 1865, estando sempre, desde 1867, encarregado da regência da cadeira de Comércio.” [...] “Em 1879, sendo deputado às cortes, e discorrendo eloquentemente sobre o estado da nossa instrução pública, preconizava o ilustre pedagogo a utilidade dos jardins de infância, segundo as ideias de Froebel.” No campo económico, prosseguia o orador convidado pelo Ateneu, destacava-se a sua participação, em 1887, na comissão do Porto, presidida por Oliveira Martins, para o inquérito às condições de trabalho nas fábricas de tabaco. Dessa experiência e de outros substanciais contributos dados por Rodrigues de Freitas a essa actividade específica, resultara, segundo Duarte Leite, “a actual organização da indústria dos tabacos, o primeiro ensaio moderno de socialismo de estado no nosso país”. Para fundamentar as teses que podiam acudir à resolução das questões sociais e dos problemas económico-laborais, “Freitas confiava muito [...] na acção de dois factores de incontestável importância: da extensão do princípio associativo e da difusão da instrução. Serve de exemplo a longa campanha que sustentou a propósito do problema da construção de casas higiénicas e baratas para operários.” Fora ele que também advogara firmemente “a necessidade de conquistar para os operários, por meio da associação, poderes políticos, porque a ausência deles na luta contra os patrões conduzia inevitavelmente à fácil vitória destes”¹¹.

Tal era, volvido um ano sobre o falecimento de Rodrigues de Freitas, a imagem que dele se perpetuava.

Algum tempo depois, em 1906, ao apresentar o volume *Páginas Avulsas*, a que no início fizemos referência, é ainda Duarte Leite que aviva a memória dos portuenses e dos portugueses para a influência que deveria ter exercido essa figura nos meios cultos e políticos da época: “Escritor e publicista, raros em nossos dias terão agitado mais ideias, rememorado mais factos, sugerido e evocado mais controvérsias. Os mais diversos assuntos despertaram o seu interesse e lhe serviram de tema: teorias económicas, quadros históricos, crises nacionais, concepções pedagógicas, sistemas sociais, debates políticos”. No entanto, cumpria-lhe lamentar que a obra de Rodrigues de Freitas e, sobretudo, o seu exemplo, não tivesse sido seguido, o que levava a que a vida nacional continuasse depauperada de caracteres íntegros e de políticos esclarecidos.

Nessa mesma obra, D. Carolina Michaelis de Vasconcelos apresenta no “preâmbulo” algumas considerações sobre o carácter de Rodrigues de Freitas, realçando, em particular, o conhecimento por ele patenteado de pensadores germânicos como Schopenhauer e Hartmann. E, curiosamente, traça dele um perfil psicológico baseado na observação fisiológica do seu rosto, no qual, segundo a ilustre lusófila, “se espelham bem esses traços característicos, acusando na testa serenamente ativa, não somente intelectualidade e idealização pronunciada, mas também clareza de ideias, firmeza de vontade; e no suave sorriso, a suprema bondade de alma que igualmente transluz no meigo olhar”.

Nestes breves reflexos, aí fica iluminado o perfil de Rodrigues de Freitas à luz dos seus contemporâneos. De um modo geral, como vimos, o seu carácter moral e a independência das suas ideias e posições cívicas, defendendo a liberdade política e uma *práxis* de solidariedade social, constituem o eixo que alarga o leque e convergência de opiniões.

A finalizar — e contrastando com a realidade dos tempos actuais, o que acentua sobretudo a urgência de se clamar alto modelos como o de Rodrigues de Freitas — seja-nos permitido realçar um pequeno episódio, grande de sentido, relatado no artigo de *O Primeiro de Janeiro*, que noticia o falecimento: “Rodrigues de Freitas, uma vez, quando obteve licença de 30 dias para viajar pelo estrangeiro, sabendo que as folhas tinham sido processadas com o respectivo vencimento de 90\$000 réis, mandou devolver ao ministério do reino essa quantia, por entender que não lhe pertencia, visto não ter saído em serviço do país!”

A que distância, não só temporal, nos encontramos hoje de tão honestas atitudes!

Será por isso que homens como Rodrigues de Freitas têm de ser sepultados na tumba do esquecimento público?...

Este, o modesto contributo que trazemos, com o socorro dos seus contemporâneos, para o recorte da personalidade que encarnou José Joaquim Rodrigues de Freitas. Estamos certos de que a reedição dos seus textos e uma atenta reflexão e estudo da sua obra podem também proporcionar uma renovada leitura da historiografia económica do Portugal contemporâneo¹².

NOTAS

1. José Joaquim Rodrigues de Freitas in *Páginas Avulsas*, Liv. Chardron, Porto, 1906, 202. Refira-se que no mesmo editor foram publicados os folhetos *Frederico Froebel e a Revolução Social*.
2. José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Novas Páginas Avulsas*, Recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1996. Publicista prolixo, Rodrigues de Freitas colaborou em publicações tão diversas como *Comércio do Porto*, *Diário Nacional*, *A Ideia Nova*, *Jornal de Finanças*, *Museu Ilustrado*, *A Província*, *Revista das Escolas*, *A Palavra*, *A Renascença*...
3. *Rodrigues de Freitas — Homenagem do Ateneu Comercial do Porto*, Typographia a Vapor de Arthur J. de Souza & Irmão, Porto, 1897.
4. “Rodrigues de Freitas” in *Comercio do Porto*, Ano XLIII, n.º 177 (P., 28.7.1896), 1.
5. Bruno, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Col. “Bibl. Iniciação Literária”, Lello & Irmão-Editores, P., 1987 (2ª ed.), 265-296.
6. Barão de S. Clemente, *Estatísticas e Biografias Parlamentares Portuguesas*
7. José Caldas, “Rodrigues de Freitas” in *A Voz Pública*, Ano 7º, n.º 1958 (P., 28.7.1896), 1. [Artigo ilustrado com um retrato de R. F.]
8. Bruno, “Sua vida, sua obra” in *A Voz Pública*, idem, id., id.
9. *Rodrigues de Freitas — Homenagem do Ateneu Comercial do Porto*, opúsculo citado, XIII.
10. *Idem*, 5
11. *Idem*, 16 e passim.
12. No âmbito da sua participação no Coloquio, o Autor entregou à Comissão Organizadora, para eventual publicação, cópia de um texto inédito de Rodrigues de Freitas, manuscrito de 30 páginas, datado de 1892, com o título “A circulação fiduciária e o Banco de Portugal”.

